



A formação dialética do confronto territorial entre Guiana e Venezuela na região de Essequibo: como o capitalismo dependente conduz a disputa geopolítica na América Latina?

Vinícius Cocenza¹

Resumo

O texto aborda, a partir de uma perspectiva histórico-estrutural, a origem e o desenvolvimento do conflito territorial na região de Essequibo, denotando a característica da estrutura econômica capitalista como o módulo fundamental de desenvolvimento dialético do confronto. Dessa forma, o modelo dependente do capitalismo latinoamericano, é essencialmente o motor do conflito geopolítico na região do Caribe.

Palavras chave: Venezuela, Guiana, Essequibo, dependência, capitalismo, chavismo, imperialismo.

La formación dialéctica del enfrentamiento territorial entre Guyana y Venezuela en la región del Esequibo: ¿cómo conduce el capitalismo dependiente la disputa geopolítica en América Latina?

Resumen

El texto aborda, desde una perspectiva histórico-estructural, el origen y el desarrollo del conflicto territorial en la región del Esequibo, destacando la característica de la estructura económica capitalista como el elemento fundamental del desarrollo dialéctico del enfrentamiento. De esta manera, el modelo dependiente del capitalismo latinoamericano constituye esencialmente el motor del conflicto geopolítico en la región del Caribe.

Palabras clave: Venezuela, Guyana, Esequibo, dependencia, capitalismo, chavismo, imperialismo.

The Dialectical Formation of the Territorial Confrontation between Guyana and Venezuela in the Essequibo Region: How Does Dependent Capitalism Drive the Geopolitical Dispute in Latin America?

Abstract

From a historical-structural perspective, this paper examines the origins and development of the territorial conflict in the Essequibo region, highlighting the characteristics of the capitalist economic structure as the fundamental element in the dialectical development of the

¹ Aluno do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: vinicocenzaa@gmail.com

confrontation. In this sense, the dependent model of Latin American capitalism essentially constitutes the driving force behind the geopolitical conflict in the Caribbean region.

Key words: Venezuela, Guyana, Essequibo, dependency, capitalism, Chavismo, imperialism.

Introdução

"Se o direito de um pequeno Estado pode ser violado e ordens juridicamente vinculativas ignoradas, que proteção resta para qualquer nação sob o direito internacional?" (ALI, 2025). Esta forte declaração pertence ao presidente da Guiana, Irfaan Ali, e foi proferida no dia 24 de setembro de 2025 sob a Assembleia Geral das Nações Unidas. As palavras fazem referência a disputa entre Guiana e Venezuela tocante ao território de Essequibo, uma área compreendida entre o rio Cuyuní e o rio Essequibo, que fruto de uma herança colonial e interesses ligados à exploração de recursos naturais, promove um intenso e longo conflito de controle territorial.

Para uma compreensão convicta do processo de construção e intensificação do conflito se faz necessário uma abordagem do desenvolvimento do confronto sob uma metodologia histórica, capaz de estruturalmente integrar a dialética de formação e ocupação do espaço, e posteriormente agregar a totalidade social definida a partir do sistema e da estrutura econômica. Desta forma, torna-se indispensável uma revisão do processo colonial de ocupação imperialista da América Latina que veio a formar os Estados da Guiana e da Venezuela, para que então, seja discutida a natureza da forma em que o conflito se manifesta na contemporaneidade.

A "açucarada" história colonial da Guiana

A República Cooperativa da Guiana é composta por três regiões: Berbice, Demerara e Essequibo², que foram originalmente ocupadas por neerlandeses entre 1665 e 1803. Neste ano, os britânicos assumiram o controle formal das três colônias, unificando-as em 1831, dando origem à Guiana Britânica.

Durante boa parte do período colonial neerlandês, Essequibo e Demarara foram administradas pela "*Dutch West India Company*" – uma empresa privada autorizada pelo governo dos Países Baixos a controlar a produção primária exportadora da colônia, enquanto

² O nome "Essequibo" foi herdado do ocupador espanhol Juan de Esquivel, que junto de Diego Colón realizou o "descobrimento" do rio na região do Caribe. Com o tempo, a variação fonética de seu sobrenome – ocasionada pela pronúncia de grupos indígenas, africanos e europeus – deram forma ao substantivo que posteriormente nomeou a região.

Berbice era controlada por outra empresa com o mesmo objetivo – a "*Berbice Association*". O mercado de açúcar era o principal motor da economia colonial guianesa. O açúcar era cultivado sob o regime de trabalho escravo – que inicialmente era trazido do Brasil e posteriormente da África Ocidental – e procurava atender a demanda britânica pelo produto. Após a pressão pela abolição do regime escravista pela Grã-Bretanha, uma grande massa de trabalhadores foi trazida de outra colônia inglesa, a Índia.

O desembarque de quase 240.000 trabalhadores e trabalhadoras da Índia na então Guiana Britânica decorre, basicamente, do empenho da administração colonial e de plantadores em garantir o suprimento de mão-de-obra barata para o trabalho agrícola nos anos subsequentes à abolição da escravidão negra no Caribe Britânico. As condições de vida de imigrantes da Índia eram precárias, e foram comparadas à escravidão (Tinker, 1974). [...] Os contratos de trabalho – com duração de cinco anos – estabeleciam jornadas laborais extenuantes e mal remuneradas, limitavam o movimento pela colônia e previam diversas formas de punição aos imigrantes (Bahadur, 2013). (MELLO, p. 8 e 9, 2021).

Em 1834, Robert Schomburgk, foi enviado pela "*Royal Geographical Society*" de Londres com o intuito de explorar a geografia das regiões sul e oeste da então Guiana Britânica. Em 1840, o Comissário de Fronteiras de Sua Majestade incumbiu Schomburgk de fazer um levantamento acerca das fronteiras da colônia britânica com a República da Venezuela e o Império do Brasil. O marco que ficou conhecido como "Linha de Schomburgk" demarcava a fronteira entre o território da Venezuela e da Guiana, reivindicando para a colônia britânica, todo o território a oeste do rio Essequibo.

A formação social, sustentada principalmente pelas burguesias e trabalhadores do setor açucareiro, foi o motor da luta de classes na construção do processo de independência guianesa. No período de Guerra Fria – nada fria na América Latina –, a constituição de um governo do Partido Progressista Popular elevou as tensões imperialistas do centro ocidental, levando a destituição do governo, suspensão da recém aprovada Constituição Federal e ocupação militar inglesa. O pulsar social de intensa mobilização orquestrou o processo de independência, que acabou por ser realizado dentro da ordem burguesa, à partir de dezembro de 1964, liderado pelo "Congresso Nacional do Povo".³

Nasce o bolivarianismo na "Pátria Grande"

³ Tradução livre de "*People's National Congress*", o PNC.

O primeiro estabelecimento de ocupação na região que hoje abrange a Venezuela aconteceu na área da ilha de Cubagua, por embarcações espanholas em 1509. A "província da Venezuela" foi formada apenas em 1528, quando banqueiros e comerciantes da família Welser firmaram uma capitulação do território com o imperador Carlos V. Todo o processo de conquista, povoação e colonização venezuelano foi muito lento e se desenvolveu por mais de um século.

A composição econômica do sistema colonial foi baseada, à priori, na exploração do trabalho indígena na forma das "*encomiendas*" para a produção de produtos primários como cacau, cana de açúcar e fumo. Posteriormente, a "sofisticação" – termo herdado da economia burguesa – do sistema econômico funda a exploração de base latifundiária extremamente relacionada à agropecuária, com força de trabalho escrava de origem africana.

A unificação política, territorial e jurídica da Venezuela ocorreu como consequência de diversos processos de insurreição popular. As jornadas de 19 de abril de 1810 foram o cerne do movimento revolucionário, que depôs o capitão-geral espanhol Vicente Emparan e estabeleceu a primeira junta de governo autônomo do país, a Junta Suprema de Caracas. A declaração de independência ocorreu no dia 07 de julho de 1811, entretanto, não sem uma feroz reação do imperialismo espanhol, desaguando na Guerra de Independência Venezuelana. Sob a liderança de Simón Bolívar, a vitória do povo venezuelano ocorreu no ano de 1821.

A dialética dos interesses em Essequibo

América para os americanos?

O governo venezuelano – sob tutela do imperialismo espanhol e posteriormente após sua independência – nunca reconheceu os limites fronteiriços impostos pela "Linha de Schomburgk". Em 1844 se deu início ao primeiro conflito formal referente a quem cabia a soberania da região. O governo venezuelano alegou que o território incorporado à Guiana era de tutela espanhola, portanto deveria pertencer a Venezuela, logo, o rio Essequibo seria a verdadeira fronteira entre os dois Estados. A Grã-Bretanha propôs formalmente uma modesta modificação da "Linha de Schomburgk" para então deixar a foz do Orinoco e parte do território adjacente sob controle venezuelano, entretanto, a proposta não atendia aos interesses da Venezuela. A oferta foi ignorada, remanescendo então, a questão sem solução.

Durante as posteriores décadas de 1870 e 1880, tentativas diplomáticas de estabelecimento da fronteira foram realizadas, entretanto, todas sem sucesso. Como resultado,

em 1887, a Venezuela optou por romper relações diplomáticas com a Grã-Bretanha ao mesmo tempo que tentava obter auxílio dos Estados Unidos⁴ para mediar a disputa, que entre 1894 e 1895, realizou a arbitragem diplomática.

Sob comando *yankee*, em 1895, o embaixador estadunidense em Londres, Richard Olney, declarou a necessidade de que a Grã-Bretanha concordasse em submeter a disputa em sua totalidade. De forma oposta, a Secretaria de Relações Exteriores rejeitou profundamente a proposta, apontando os interesses da Doutrina Monroe como "absolutamente incompatíveis com o Direito Internacional".

Em fevereiro de 1897, o "Tratado de Washington para arbitragem das fronteiras da Guiana Britânica"⁵ foi assinado pelos Estados Unidos – representando a Venezuela – e a Grã-Bretanha – representando a Guiana. Em outubro do mesmo ano, de forma unânime, o Tribunal decidiu que 95% do território disputado era de soberania guianesa e apenas 5% – referente à região da foz do Orinoco – era de tutela venezuelana, respeitando então a "Linha de Schomburgk".

Em fevereiro de 1966, o "Acordo de Genebra" foi alcançado entre a emancipada Venezuela e a Grã-Bretanha. O acordo estabelecia que todas as reivindicações sobre o território da Guiana seriam suspensas enquanto uma comissão mista tentaria chegar a um tratado definitivo aceitável para ambas as partes dentro de um período de quatro anos, enquanto isso, Essequibo seguiria integrando o território guianês. No acordo se é reconhecido como nulo o "Tratado de Paris", o que de certa forma, era um movimento formal de reconhecimento da Guiana acerca da inconformidade venezuelana.

No new evidence was presented to the mixed commission, and no agreement was reached. In 1970, as part of its effort to project itself in the Caribbean region, Venezuela signed, with Guyana, the Protocol of Port of Spain, which established a twelve-year moratorium on the dispute over the Essequibo territory. But in 1982 Venezuela refused to ratify an extension of the Protocol. Instead, it proposed a renewal of direct negotiations between the two countries, which Guyana rejected. For its part Guyana proposed that the case should go before the UN General Assembly or the UN Security Council or the

⁴ Um panfleto intitulado "*British Aggression in Venezuela, or the Monroe Doctrine on Trial*" dissertou sobre a necessidade de suporte estadunidense na defesa venezuelana em relação a disputa acerca da região de Essequibo, sustentando os interesses da Doutrina Monroe.

⁵ Tradução livre de "*Treaty of Washington for arbitration on the boundaries of British Guiana*".

International Court of Justice at The Hague, all of which Venezuela rejected. The issue of the Venezuela/Guyana boundary landed—and languished during the following decades—on the desk of the UN Secretary General. (BETHELL, p. 172, 2024).

Período pós-colonial: a dependência como motor

Durante a década de 1960, a dinamicidade das economias de Guiana e Venezuela era dada por setores de impulso externo – como é característica de economias dependentes. O papel da Guiana dentro da divisão internacional do trabalho era de exportar principalmente açúcar, bauxita e arroz. A Venezuela desde o início do século XX era uma exportadora de petróleo cru – vale destacar que o país abriga a maior reserva petrolífera do mundo. A disputa "geopolítica" de Essequibo, abrange um interesse das nações sob a expropriação dos recursos naturais como reservas de hidrocarbonetos e metais preciosos⁶. A exportação de *commodities* era a base de acumulação de reservas internacionais dos Estados, fundamental para a execução das políticas econômicas como módulo de reprodução do capital – à reverência das burguesias exportadoras locais e principalmente do capital externo – aprofundando a noção de troca desigual e das estruturas econômicas de "enclave".

A característica periférica das economias latino-americanas sustenta boa denotação do motivo em que a anexação de Essequibo é tão essencial para a lógica do capitalismo subdesenvolvido das duas nações. Vale então compreender como se desenvolveu o *modus operandi* do capitalismo nestas nações no período pós-colonial.

O processo de industrialização ocorrido na Venezuela durante meados do século XX, indica de que maneira a exportação primária era cerne da dinamização econômica. A economia venezuelana se desenvolveu sob forma de um capitalismo rentista no processo de substituição de importações, e enfrentou problemas de desvalorização cambial e retração monetária correntes a um endividamento externo excessivo – desaguando na conhecida "cartilha de Washington" do FMI:

Cuando Carlos Andrés Pérez asumió el poder, el 2 de febrero de 1989, el agotamiento de las reservas monetarias y la incapacidad de pagar, siquiera los intereses de la deuda, obligaron al país a aceptar finalmente las condiciones

⁶ Durante o século XXI a descoberta de reservas de petróleo *offshore*, vai intensificar o interesse na exploração dos recursos herdados pela terra em Essequibo.

del FMI por medio de una carta de intención y una cantidad de medidas de severa incidencia sobre el desarrollo industrial (DI FILIPPO, p. 77, 1992).

Paralelamente, o desenvolvimento da estrutura econômica na Guiana se deu na base de um "socialismo cooperativo"⁷, que após a queda excessiva dos preços de *commodities* agrícolas – especialmente do açúcar – no ano de 1976, teve que recorrer ao Fundo Monetário Internacional para auxílio, às custas de integrar o capital externo.

Esta reflexão da estrutura econômica é essencial – e despercebida na grande parte das vezes – para compreender a mudança da natureza do conflito. A exploração dos recursos passa a ser financiada pelo capital estrangeiro⁸ ou aprofundada pelo Estado na tentativa de fazer remessas de dólares para amenizar o fraco dinamismo da economia subdesenvolvida.

Logo, a natureza do conflito em Essequibo manifesta essencialmente o interesse do capital externo, ou propriamente das condições que estruturam a posição de Guiana e Venezuela na divisão internacional do trabalho. Cabe agora compreender, de que modo a "Revolução Chavista" vai redimensionar este aspecto.

O conflito no século XXI

Em fevereiro de 2004, Hugo Chávez anunciou a que controvérsia de Essequibo – no âmbito das relações estatais com a Guiana – tinha de ser resolvida, indicando permissão ao desenvolvimento de projetos centrados no benefício dos habitantes da região. O movimento é percebido como uma tentativa de integração regional – sustentada na conjuntura da "onda rosa" que atingia a América Latina. Em 2007, o então embaixador da Guiana, Odeen Ishmael, enunciou:

"Chávez le ha prestado gran asistencia a Guyana [...] Por eso creemos que Chávez podría dar un paso adelante para obtener una solución rápida y abandonar el reclamo sobre el Esequibo [...] Creemos que los dos países pueden seguir conversando para llegar a algún tipo de concesión o acuerdo por el control del área marítima de la costa del Esequibo, dado que esos límites

⁷ O termo é utilizado no paper "*Colonial Origins, Institutions and Economic Performance in the Caribbean: Guyana and Barbados*." e faz referência ao modelo de produção sustentado no controle estatal – aproximadamente 80% do PIB – e busca pelo desenvolvimento do setor manufatureiro na base da substituição de importações.

⁸ "A escassez de divisas e a ausência de empresários com capitais nacionais determinam a instalação de indústrias apenas pela iniciativa do capital estrangeiro" (BAMBIRRA, p. 168, 2024)

no han sido definidos." (ISHMAEL, 2007).

O cenário indicava otimismo para resolução do confronto, ainda mais após a adesão guianesa ao Petrocaribe e a aproximação econômica significativa entre as nações. O sistema de compensação da dívida entre Guiana e Venezuela por meio da exportação de arroz gerou um crescimento de 50% na produção e 110% nas exportações de arroz guianesas. Apesar disso, Tomás-Garcia adverte:

Las relaciones con Venezuela se mantendrían reguladas bajo un estado de necesidad que a pesar de usufruir las opciones comerciales, no permitía procesos de integración física que posibilitasen eventuales cuestionamientos a la soberanía e integridad territorial cuidadosamente preservada desde Georgetown. Por ende, el suministro de combustibles y la compensación económica serían las únicas razones de aproximación entre las partes, siendo, por tanto, una relación bilateral estéril, sumamente frágil y vulnerable a las oscilaciones en los precios del barril (TOMÁ-GARCIA, P. 66, 2025).

Em 2016, a queda abrupta no preço do barril do petróleo, vai desaguar em uma crise econômica e humanitária na Venezuela, drenando as reservas cambiais do Estado. À partir das sanções comerciais imperialistas que tomam forma durante a presidência de Nicolás Maduro se acentua o cenário crítico. A ideologia imposta pelo governo imperialista dos Estados Unidos, tem efeitos na alteração da percepção sobre a Venezuela por seus vizinhos da "Pátria Grande", associando o governo de Nicolás Maduro, sobretudo, ao totalitarismo, e afastando a diplomacia venezuelana dos Órgãos Internacionais de Solução de Conflitos.

A crise coincide com a descoberta de reservas petrolíferas *offshore* na região de Essequibo, e faz a Guiana enxergar a oportunidade de ocupar o espaço venezuelano, como principal fornecedor de petróleo ao centro. Aqui, novamente, se internacionaliza ao centro capitalista a dinâmica do conflito e se tem a manutenção da estrutura de dependência como motor dos interesses.

O desgaste do chavismo⁹ e sua influência no conflito.

Ameaça democrática

⁹ Tenho dificuldade em afirmar que o governo de Maduro ainda possa ser classificado como continuidade de atuação chavismo e não um movimento único inédito. Entretanto, vou respeitar a reivindicação que faz o próprio presidente Maduro e assim tratá-lo.

Em 2018 a Guiana abriu um processo contra a Venezuela na Corte Internacional de Justiça, a despeito da validade da sentença arbitral do Tratado de Paris de 1899 – o estabelecimento da "Linha de Schomburgk". A Venezuela argumentou que a Corte não tinha jurisdição e se recusou a participar do processo, posição que a CIJ rejeitou. Em 2020, a corte decidiu que tinha jurisdição para se pronunciar sobre a validade da sentença, e em 2023 decidiu que o marco territorial deveria ser mantido. A manifestação de Maduro foi incisiva: "Não deixaremos que ninguém nos tire o que nos pertence, nem trairemos os nossos princípios. Defenderemos Essequibo!" (MADURO, 2023).

Durante o ano de 2023, um referendo de consulta popular foi realizado com o intuito de verificar o anseio dos venezuelanos referente às questões que tangem o conflito de Essequibo. As questões levantadas pelo Conselho Nacional Eleitoral tocavam em pontos como "rejeitar a fraudulenta linha interposta pela Sentença Arbitral de Paris", "apoiar o Acordo de Genebra de 1966 como o único instrumento jurídico válido para alcançar uma solução prática e satisfatória", "não reconhecer a jurisdição da Corte Internacional de Justiça para resolver a controvérsia territorial", "se opor, por todos os meios legais, à reivindicação da Guiana de dispor unilateralmente de um mar pendente por delimitar de maneira ilegal e em violação do direito internacional" e "a criação do estado da Guayana Esequiba, e que posteriormente, se desenvolva um plano acelerado de atendimento integral à população atual e futura daquele território, que incluía, entre outros, a concessão de cidadania e carteira de identidade venezuelana". Segundo divulgação do CNE, 10.554.000 eleitores venezuelanos¹⁰ participaram do referendo, com média de 96% de votos afirmativos entre as cinco questões (ASAMBLEA NACIONAL, 2025).

Durante julho de 2024, a eleição presidencial – marcada por escândalos de manipulação de resultados – reelegeu Nicolás Maduro por mais seis anos como presidente venezuelano. O processo foi marcado por rechaço da comunidade internacional – sobretudo latinoamericana – à transparência eleitoral, um desgaste excessivo à Maduro. A manifestação do Ministério de Relações Exteriores da Guiana foi de que "apoia um processo de verificação transparente", sendo cauteloso até certa medida.

Já em 2025, a eleição para membros do parlamento e governadores estaduais elegeu pela primeira vez as autoridades venezuelanas para Essequibo. As eleições foram realizadas

¹⁰ O número de eleitores na Venezuela segundo o CNE era de 21.392.464 em junho de 2024. Segundo o próprio CNE, as eleições de 2024 e 2018 tiveram a participação de aproximadamente 10.058.000 e 9.132.000, respectivamente. Deste modo, é válido considerar a participação de referendo espantosa. Entretanto, as polêmicas referentes a manipulação das atas eleitorais de 2024 dificultam de certo modo a comparação.

fora da região, em uma pequena zona eleitoral de pouco mais de 20 mil habitantes e contou com a participação de 32% do eleitorado. Irfaan Ali reagiu ao processo eleitoral, o denunciando como uma ameaça à soberania da Guiana.

A condecoração da opositora Maria Corina Machado com o Prêmio Nobel da Paz foi mais um na lista dos excessivos constrangimentos internacionais ao regime de Maduro.

O imperialismo contemporâneo

Desde a eleição de Donald Trump, sucessivas ameaças de intervenção militar têm sido realizadas ao território venezuelano. Mascaradas como método de combate ao narcotráfico, na realidade partem do interesse do controle das reservas petrolíferas da região pelo centro imperialista.

O governo de Nicolás Maduro – apesar dos excessivos aspectos de sua má gestão – tem sido um raro caso de resistência anti imperialista no século XXI. Na América Latina, a "onda rosa" tendeu a formar no módulo da "esquerda liberal", defensores do multilateralismo – que aprofunda as noções de dependência e mantém as relações da divisão internacional do trabalho de forma desigual – que são incapazes em propor algum modelo de oposição à submissão da "Pátria Grande"¹¹. O interesse dos países centrais no tocante a questão de Essequibo, se mostra por todo o desenvolvimento histórico, na manutenção da periferia capitalista como exportadora de seus recursos naturais alinhada a superexploração do trabalho e indica como o módulo de solução de conflitos internacionais é de certa forma subserviente aos interesses do imperialismo.

Cabe então resgatar a necessidade de formação de uma consciência crítica latinoamericana capaz de compreender os conflitos que afligem a "Pátria Grande" com o objetivo de estabelecer interesses próprios que sejam necessariamente anti imperialistas e alinhados com um modelo de desenvolvimento que rompa com as raízes do capitalismo dependente.

Referências

¹¹ O comportamento de Petro e Lula são frequentemente resgatados para se opor ao ponto apresentado. Reconheço o método da postura de Petro, entretanto sob o módulo do presidencialismo burguês colombiano, não é possível esperar movimentos capazes de questionar a ordem imperialista em seu cerne. Já a postura de Lula se distancia da de Petro, e é na realidade uma defesa bem mais tímida à "soberania" das nações latinoamericanas. O próprio afastamento de Lula do governo de Maduro enquanto se aproxima excessivamente da França com o objetivo de efetivar o "Tratado Comercial UE-Brasil" pode exemplificar como Lula é mais um gestor da ordem do que um questionador.

AFP. **Venezuela elege pela 1.^a vez autoridades para zona em disputa com a Guiana, e chavismo consolida poder em pleito sem oposição.** O Globo, 26 maio 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/05/26/venezuela-elege-pela-1a-vez-autoridades-para-zona-em-disputa-com-a-guiana-e-chavismo-consolida-poder-em-pleito-sem-oposicao.ghtml>. Acesso em: 09 nov. 2025.

ALI, Mohamed Irfaan. **Address by His Excellency Dr. Mohamed Irfaan Ali, President of the Co-operative Republic of Guyana, to the 80th Session of the General Assembly of the United Nations.** New York: United Nations, 23 Sept. 2025;

ASAMBLEA NACIONAL. **CNE anuncia abrumadora victoria del Sí con participación superior a 10 millones.** Caracas, 09 nov. 2025. Disponível em: <https://www.asambleanacional.gob.ve/noticias/cne-anuncia-abrumadora-victoria-del-si-con-participacion-superior-a-10-millones>. Acesso em: 09 nov. 2025.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano.** 5. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2024.

BETHELL, Leslie. **Notes on the History of the Venezuela/Guyana Boundary Dispute.** CEBRI-Revista, ano 3, n. 9, p. 165–175, jan./mar. 2024. DOI: <https://doi.org/10.54827/issn2764-7897.cebri2024.09.03.01.165-175.en>;

DACOSTA, Michael. **Colonial Origins, Institutions and Economic Performance in the Caribbean: Guyana and Barbados.** Imf Working Papers, [S.L.], v. 07, n. 43, p. 1, 2007. International Monetary Fund (IMF). <http://dx.doi.org/10.5089/9781451866070.001>.

DI FILIPPO, Armando. **El proceso de industrialización en Venezuela: un análisis estructural.** Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 1992. (Estudios e informes de la CEPAL, n. 10).

FRANCESCHI G., Apoleón; DOMÍNGUEZ, Freddy. **Historia general de Venezuela: antología de documentos 1776–2000.** Caracas: Instituto Pedagógico Nacional, Universidad Central de Venezuela, 2008;

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. **Application instituting proceedings filed in the Registry of the Court on 29 March 2018: Arbitral Award of 3 October 1899 (Guyana v. Venezuela).** The Hague: International Court of Justice, 2018. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/en/case/171>. Acesso em: 7 nov. 2025.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Guyana: 2023 Article IV Consultation-Press Release; Staff Report; and Statement by the Executive Director for Guyana.** Washington, D.C.: International Monetary Fund, 2023. (IMF Country Report No. 23/63). Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2023/03/10/Guyana-2023-Article-IV-Consultation-Press-Release-Staff-Report-and-Statement-by-the-531602>. Acesso em: 7 nov. 2025;

MELLO, Marcelo Moura. **Espíritos, história e colonialismo na Guiana.** Revista de Antropologia (São Paulo, Online), v. 64, n. 2, e186650, 2021. DOI: 10.11606/1678-9857.ra.2021.186650;

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021;

TOMÁ-GARCIA, Ricardo Salvador de. **La Prospección de Fronteras Azules: Geopolítica Y Petróleo En La Controversia Del Esequibo.** 2025. Pantanal Editora, 2025;

UNITED NATIONS. **Award regarding the Boundary between the Colony of British Guiana and the United States of Venezuela (Decision of 3 October 1899).** Reports of International Arbitral Awards, v. XXVIII, p. 331–340, 2007.

UNITED NATIONS. **The Industrial Development of Guyana.** Santiago, Chile: Economic Commission for Latin America, 1967. (E/CN.12/L.25);

UNITED NATIONS. **World Economic Survey 1967 – Part One: The Problems and Policies of Economic Development, an Appraisal of Recent Experience.** New York: United Nations, 1968.